



TERMÔMETRO

SEEPE
SINDICATO DOS ENFERMEIROS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO

CUT
CONSELHO NACIONAL DE CONTABILIDADE

FNE
FEDERAÇÃO NACIONAL DE ENFERMAGEM

80
ANOS
DE REALIZAÇÃO DO ENCONTRO
DO ENFERMEIRO NO BRASIL

LUTA DE CLASSES

Publicação do Sindicato dos Enfermeiros no Estado de Pernambuco

Ano 13 | Edição Julho/2025 | Gestão Enfermagem em Luta - 2024/2027

ENFERMEIROS DE RECIFE REALIZAM GREVE HISTÓRICA E MOSTRAM FORÇA DA CATEGORIA

Em uma dura campanha salarial com o Prefeito Tiktoker João Campos (PSB), os enfermeiros do Recife mostraram que não se rendem aos desmandos da gestão e foram à luta por melhoria salarial. Com a data-base de janeiro desrespeitada e tendo uma vergonhosa proposta de 1% de reajuste salarial na mesa de negociações em abril, a categoria, liderada pelo Sindicato dos Enfermeiros de Pernambuco (SEEPE) ocupou as ruas para exigir respeito e valorização.

Com a aprovação do Estado de Greve, a gestão suspendeu as negociações numa clara tentativa de intimidar os trabalhadores, que não abaixaram a cabeça e aprovaram uma greve geral com início no dia 08 de maio.

A greve, que durou no total 7 dias, foi a maior da história do município: conseguimos uma adesão de 62% dos enfermeiros do Programa Saúde da Família (postos de saúde), 90% dos enfermeiros do Programa Mãe Coruja (programa municipal de acompanhamento de gestantes e crianças até 6 anos), 30% dos enfermeiros da rede de saúde mental, policlínicas, maternidades e SAMU. Com a adesão, uma ambulância do SAMU foi desativada por falta de enfermeiro. Também houve um movimento de devolução dos plantões extras (os enfermeiros recebem hora extra para cobrir a escala dos serviços onde faltam profissionais efetivos), o que resultou no fechamento dos três Centros de Parto Normal de Recife alguns dias da semana, além do fechamento da emergência de uma das policlínicas por uma noite.

Com adesão crescente, chegando a ter a participação de mais de 250 enfermeiros em um dos atos organizados pelo comando de greve, a gestão não teve outra alternativa a não ser apelar para o poder judiciário (braço do Estado) para suspender a greve. Porém, numa decisão inédita a Justiça decretou a greve ilegal, mas obrigou a gestão municipal a voltar a negociar com a categoria.

Após muita determinação e mobilização da categoria, finalmente a campanha salarial foi encerrada no dia 30 de maio, em uma grandiosa assembleia onde foi aprovada a proposta de 3% de reajuste no salário base pros enfermeiros 40h e 4% para os enfermeiros 30h, a criação da gratificação para os enfermeiros diaristas (pauta antiga da categoria), além de outros reajustes em gratificações, e a garantia de não desconto dos dias de greve.

“O acordo não foi o que desejávamos, mas com certeza representou um grande avanço frente ao 1% que a gestão apresentou no início. A luta também mostrou a força da categoria, que entendeu que só se organizando coletivamente é possível ter avanços. Outra importante vitória foi a conquista do não desconto dos dias de greve, porque isso fortalece a categoria para futuras mobilizações e movimentos paredistas. A categoria sai de cabeça erguida e confiantes de que mais avanços virão em breve”, avaliou Ludmila Outtes, presidente do Sindicato.



O significado da privatização para os trabalhadores e trabalhadoras de enfermagem

No fim da década de 1990, com a ascensão do neoliberalismo no mundo, ocorreram diversos processos de privatização no Brasil. As privatizações não surgem do nada, elas são promovidas e incentivadas por políticas e acordos internacionais como o Consenso de Washington que estabelecia regras para que os países Latino-Americanos tivessem acesso a crédito internacional. No Brasil, o principal pivô desses processos foi Fernando Henrique Cardoso que, com a justificativa infame de “enxugar os gastos públicos” pôs a leilão diversas estatais estratégicas para o país como a Vale do Rio Doce e a Telebrás. Em Pernambuco tivemos a emblemática privatização da CELPE. Em nenhum desses casos os serviços melhoraram ou mesmo se preservaram, houve, na prática a precarização de todos eles.

Hoje não se fala em privatização, ao menos não com esse nome. O termo da moda é “concessão”, que na prática significa a entrega do patrimônio público por períodos de 20, 30 ou 40 anos com o argumento de ser uma PPP (Parceria Público Privada). A parceria nada mais é que o Estado cedendo toda a estrutura já em funcionamento para que uma empresa privada “administre” enquanto é paga para isso.

Em Pernambuco, dois processos ameaçam entregar às empresas privadas setores sociais importantes como a distribuição de água e o transporte. O governo Raquel Lyra planeja “conceder” à iniciativa privada, por 30 anos,

parte da COMPESA responsável pela distribuição de água, mesmo com a experiência vivida pela Região Metropolitana do Recife com a empresa canadense BRK, que durante o período de doze anos (2013-2025) não conseguiu cumprir a meta de 100% de área de esgotamento do contrato, chegando ao aumento de apenas 8% na área de cobertura. Aliado à nova privatização da COMPESA, o governo do Estado recebeu o aval para privatizar o metrô da RMR pelo governo federal.

Para nós da enfermagem, a privatização desses setores traz dois significados preocupantes:

1) A privatização do serviço de distribuição de água tem como consequência a privação da população mais carente à água, pois ao mesmo tempo que é um recurso indispensável se torna também uma mercadoria e, na sociedade em que vivemos, onde o desemprego cresce cada vez mais, nem todos terão acesso a água tratada e os casos de ligação clandestina serão maiores juntamente com a exposição à doenças como hepatite A, amebíase e outras; e

2) A privatização da saúde se torna uma opção cada vez mais presente com a concessão da gestão de USF construídas pelo poder público (proposta do governo de João Campos) e a presença cada vez maior das OSs na área no Estado.

Assim, devemos nos opor à privatização em todas as áreas, pois ela significa um prejuízo geral para todos os cidadãos seja agora ou no futuro.

ARRAIÁ DO SEEPE CELEBRA A CULTURA, A UNIÃO E A FORÇA DA ENFERMAGEM!

No último dia 14 de junho, o Sindicato dos Enfermeiros de Pernambuco promoveu sua tradicional festa de São João, desta vez no coração da cultura nordestina: o Alto do Moura. Foi uma noite marcada por muita animação, alegria e reencontros, em que a categoria celebrou suas raízes e a força do coletivo.

Com comidas típicas, muito forró e momentos inesquecíveis, o arraiaí foi um verdadeiro respiro para quem vive intensamente os desafios do cuidado e da luta sindical. Em cada abraço, em cada riso e em cada passo de dança, estava presente o companheirismo, o entusiasmo e a coragem que definem a enfermagem seja no plantão ou no arrasta-pé.

O SEEPE agradece a todos que participaram dessa linda celebração e reforça: valorizar a nossa cultura também é valorizar quem somos enquanto profissionais e enquanto povo nordestino.



O TERMÔMETRO

TELEFONE: (81) 3040-4457 | SITE: www.seepe.org.br |

SEDE RECIFE: RUA 13 DE MAIO, 292, SANTO AMARO.

SUBSEDE CARPINA: RUA OLIVEIRA LIMA 118A, BAIRRO SÃO JOSÉ.

SUBSEDE CARUARU: RUA AFONSO CELSO, 25, SÃO FRANCISCO. TELEFONE: 081 982979303

SUBSEDE PETROLINA: RUA DAS LARANJEIRAS, 234, TÉRREO, CENTRO. TELEFONE: 081 999534130

O jornal **O TERMÔMETRO** é uma publicação do Sindicato dos Enfermeiros no Estado de Pernambuco - SEEPE | Gestão Enfermagem em Luta

DIRETORIA: Ludmila Outtes, Joana D'arc de Oliveira, Tatiana Ferreira, Bruna de Souza Miranda,

Camela Alencar, Anna Carolina Melo da Costa, Marta Nunes Lira, Fernanda Lira, Patrícia Bezerra

SUPLENTE DIRETORIA: Maria Tatiane Ferreira, José Roberto Rocha, Patrícia Daniella de Araújo

CONSELHO FISCAL: Helton Bruno Feitosa, Danielle Alencar, Janekalle Barbosa

SUPLENTE CONSELHO FISCAL: Millena Valynnea Lemos, Marília Cavalcanti, Rossana Gonçalves

ASSESSORIA JURÍDICA: João Wanick (OAB/PE 26.269)

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: Emanuele Rodrigues

Envie “**ADICIONAR**” para

(81) 99953-4130

e receba no WhatsApp notícias do SEEPE

RECEBA INFORMES SOBRE ASSEMBLEIAS, EVENTOS E VISITAS DO SEEPE E FALE COM O SINDICATO SOBRE DENÚNCIAS E PROBLEMAS DO SEU LOCAL DE TRABALHO.



FIM DA PRECARIZAÇÃO DO SERVIÇO: UM COMBATE SOBRE VIDAS

A luta do povo brasileiro contra a precarização de suas existências, passa diretamente pela luta contra a precarização do trabalho, considerando que as sociedades se organizam a partir do trabalho e das relações através dele construídas.

O processo de exploração máxima é o principal fundamento do sistema capitalista, sendo notado pelo abismo social em que o povo brasileiro (majoritariamente preto, pobre e feminino) vive. Toda a desigualdade e iniquidade vivida, hoje, originam-se dessa forma de exploração no trabalho, assim como da exploração dos corpos de mulheres, as quais tiveram seus direitos ao livre viver, inclusive de acesso ao trabalho fora do ambiente doméstico, proibidos pela estrutura patriarcal, mantendo-as aprisionadas e limitadas ao cuidado das “famílias”.

Um fato que se comunica diretamente com todo esse processo sistêmico e histórico é a atual, violenta e ostensiva precarização do trabalho na enfermagem brasileira. Conforme os dados, coletado no DOSSIÊ PARA O ENFRENTAMENTO ÀS INIQUIDADES NA ÁREA DA ENFERMAGEM: novos rumos na Gestão do Trabalho e da Educação, da Articulação Nacional da Enfermagem Negra, sobre pesquisa realizada pelo COFEN e pela FIOCRZ, em pesquisa sobre o perfil da enfermagem brasileira, de 2013, a enfermagem brasileira é composta majoritariamente por mulheres negras e estas em cargos subalternizados, historicamente. Esse fato atinge diretamente a forma como as empresas e gestões públicas e privadas estabelecem as normativas contratuais, amparados legalmente por instituições do Estado, como Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal.

Após a reforma trabalhista do golpista Michel Temer, os direitos dos trabalhadores, conquistados a duras penas, estão sendo atacados e eliminados, acentuando as fragilidades dos vínculos, expandindo o processo de privatização do setor público e precarização ainda maior na qualidade de vida dos(as) trabalhadores(as).

A precarização do trabalho da enfermagem é um tema que tem ganhado destaque nos últimos anos, principalmente devido ao aumento do número de profissionais que trabalham sem vínculos empregatícios estáveis e sem direitos trabalhistas assegurados. De acordo com dados do Ministério da Saúde, em 2022, cerca de 30% dos profissionais de enfermagem no Brasil trabalhavam em condições precárias, sem contrato de trabalho formalizado.

A falta de estabilidade no emprego e a ausência de direitos trabalhistas podem levar a uma alta rotatividade de profissionais, o que pode comprometer a continuidade da assistência prestada aos pacientes. Além disso, a precarização do trabalho pode limitar o acesso a oportunidades de educação e treinamento, o que pode comprometer a qualidade da assistência prestada (Revista Brasileira de Enfermagem, 2020).

A terceirização de mão de obra na saúde é uma prática que tem se tornado cada vez mais comum, o que pode levar a uma perda de direitos trabalhistas e à precarização das condições de trabalho. De acordo com um estudo publicado pela Revista Brasileira de Enfermagem, em 2020, cerca de 40% dos profissionais de enfermagem que trabalhavam em hospitais públicos eram terceirizados.

A garantia do piso salarial nacional para os profissionais de enfermagem é fundamental para garantir a dignidade e a valorização do trabalho desses profissionais. De acordo com a Lei nº 14.434/2022, o piso salarial nacional para os profissionais de enfermagem é de R\$ 4.750,00 para uma jornada de 44h semanais. No entanto, muitos profissionais de enfermagem ainda não



FIM DA PRECARIZAÇÃO DO SERVIÇO: UM COMBATE SOBRE VIDAS

recebem esse valor, o que pode comprometer a sua qualidade de vida.

Além disso, a carga de trabalho excessiva também é um fator que contribui para a precarização do trabalho da enfermagem. A maioria dos profissionais de enfermagem trabalha 40 horas semanais, o que é considerado excessivo pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que preconiza uma carga de trabalho de 30 horas semanais para os profissionais de saúde (OIT, 2019).

Processos de adoecimento físico e mental estão diretamente associado às fragilidades encontradas nos vínculos de trabalho, ao assédio gerados nesses formatos contratuais, a sobrecarga, o medo do desemprego. A quantidade pessoas trabalhando sob nenhum tipo de vínculo empregatício em Pernambuco, que ocorre há décadas, os chamados Extra ou RPA, é gigantesco. Pessoas que vivem sem perspectiva de futuro, pois nunca podem saber se o trabalho de manhã será garantido, pessoas que não podem adoecer, pois não recebem pelo dia não trabalhado, pessoas que não terão direito a se aposentar nunca, afinal, não são formas de trabalho regulares. O que deveria ser estratégia para situações emergenciais, nos governos de Pernambuco e alguns municípios como Caruaru e Recife, este tipo de vínculo é rotina e usado como forma de manipular trabalhadores. Usam este tipo de vínculo para iludir as pessoas, ao invés de dar de fato o lhes é de direito: dignidade profissional com salários justos, gratificações, subsídios para construção e manutenção de moradia, alimentação, educação para si para os seus, possibilidade para o autocuidado em saúde e projetos de futuro e aposentadoria.

Para resolver a precarização do trabalho da enfermagem, é necessário que sejam implementadas políticas e ações que garantam os direitos trabalhistas e a estabilidade no emprego. Além disso, é fundamental garantir o piso salarial nacional para os profissionais de enfermagem e reduzir a terceirização de mão de obra na saúde.

ALGUMAS PROPOSTAS QUE PODEM SER IMPLEMENTADAS INCLUEM:

- Aumento do número de contratos de trabalho formalizados e estáveis para os profissionais de enfermagem, por meio de concursos públicos e carreira única, no âmbito estatal e podem de carteiras assinadas seguindo as CLT's e convenções negociadas através das representações sindicais legítimas;
- Garantia do piso salarial nacional para os profissionais de enfermagem para 30 horas de trabalho;
- Eliminação da terceirização de mão de obra na saúde;
- Implementação de políticas de segurança e saúde no trabalho para os profissionais de enfermagem;
- Redução da carga de trabalho excessiva e implementação de uma carga de trabalho mais adequada, de acordo com as recomendações da OIT.

A precarização do trabalho da enfermagem é um desafio para a saúde pública e para a sociedade como um todo. É fundamental que sejam implementadas políticas e ações que garantam os direitos trabalhistas e a estabilidade no emprego para os profissionais de enfermagem. Só assim poderemos garantir uma assistência de enfermagem de qualidade e segura para a população.

Pensar melhorias de condições de trabalho e de vida, passar diretamente pelo processo de descolonização de nossa sociedade. Passa pelo combate a todas as formas de opressão, as quais são a base estrutural desse sistema que impõe privilégios e não a igualdade de direito. Portanto, o combate ao capitalismo é a maior frente de luta de toda classe trabalhadora, inclusive para as categoriais de enfermagem.

ENFERMEIROS DE RECIFE REALIZAM GREVE HISTÓRICA E MOSTRAM FORÇA DA CATEGORIA



Violência contra Enfermagem: Um problema de saúde pública que atinge a classe!

A violência contra os profissionais de enfermagem é um problema grave e crescente em todo o mundo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2019, cerca de 70% dos profissionais de saúde relatam ter sofrido algum tipo de violência no local de trabalho. No Brasil, um estudo publicado pela Revista Brasileira de Enfermagem em 2020 encontrou que 55,6% dos profissionais de enfermagem relataram ter sofrido violência no trabalho.

A violência física é um dos tipos mais graves de violência que os profissionais de enfermagem enfrentam. De acordo com o estudo, 40,4% dos profissionais de enfermagem relataram ter sofrido violência física no trabalho (Revista Brasileira de Enfermagem, 2020). Isso inclui agressões corporais, como socos, chutes e empurrões, que podem levar a lesões graves e até mesmo a incapacidade permanente.

O assédio moral é uma forma de violência que pode ser ainda mais difícil de detectar e combater. Ele inclui comportamentos como humilhação, discriminação, ameaças e intimidação, que podem afetar a autoestima e a confiança dos profissionais de enfermagem. De acordo com o estudo, 45,5% dos profissionais de enfermagem relataram ter sofrido assédio moral no trabalho (Revista Brasileira de Enfermagem, 2020).

O assédio vertical ocorre quando um superior hierárquico pratica atos de violência contra um subordinado, enquanto o assédio horizontal ocorre quando um colega de trabalho pratica atos de violência contra outro. Ambas as formas de assédio podem ter consequências graves para a saúde mental e física dos profissionais de enfermagem.

A interseccionalidade e o impacto da violência

A enfermagem é uma profissão que é marcada pela interseccionalidade de gênero e raça. A maioria dos profissionais de enfermagem é composta por mulheres, e dentre elas, muitas são mulheres negras. Essa interseccionalidade torna os profissionais de enfermagem mais vulneráveis à violência, pois eles enfrentam não apenas a violência de gênero, mas também a violência racial e outras formas de opressão (Crenshaw, 1991).

A violência contra os profissionais de enfermagem pode ter um impacto significativo na saúde mental e física desses profissionais.



Estudos mostram que a exposição à violência no trabalho pode levar a problemas de saúde mental, como estresse, ansiedade, depressão e síndrome de burnout (Maslach & Jackson, 1981). Além disso, a violência pode afetar a autoestima e a confiança dos profissionais de enfermagem, o que pode comprometer a qualidade da assistência prestada.

Precisamos dar enfrentamento à violência!

Para resolver o problema da violência contra os profissionais de enfermagem, é necessário que sejam implementadas políticas e ações que garantam a segurança e a dignidade desses profissionais. Algumas propostas que podem ser implementadas incluem:

- Implementação de políticas de segurança e saúde no trabalho;
- Treinamento e capacitação dos profissionais de enfermagem para lidar com situações de violência;
- Criação de canais de denúncia e apoio para os profissionais de enfermagem que sofrem violência;
- Fortalecimento da legislação e das políticas de proteção aos profissionais de saúde;
- Reconhecimento e valorização do trabalho da enfermagem, incluindo a melhoria das condições de trabalho e a remuneração justa.

DADOS ESTATÍSTICOS

De acordo com o estudo publicado pela **Revista Brasileira de Enfermagem em 2020**, profissionais de enfermagem relataram ter sofrido:

- **55,6% violência no trabalho;**
- **40,4% violência física;**
- **70,2% violência psicológica;**
- **45,5% assédio moral.**

Racismo e a misoginia estrutural na enfermagem: quando tudo começou.



O racismo estrutural e misoginia na enfermagem brasileira são reais, vivos e remontam desde seu início. A primeira Escola de Enfermagem D. Ana Nery estabeleceu critérios racistas e sexistas para a admissão na instituição, descritos em documentos da época: "Nos critérios estabelecidos foi exigido o diploma de curso normal, ser de classe média e alta, ter indicação da sociedade local, e, ser da 'raça branca'. A imagem da 'enfermeira padrão' cristalizou a identidade profissional via elitização e branqueamento, sinônimo de respeito social (Moreira, 1999)." (Aritulação Nacional de Enfermagem Negra, 2023)

Apenas nos anos 1960/1970, que cursos profissionalizantes para a população que não tinha acesso a universidades, as mulheres negras puderam ter algum acesso a educação formal. Como apontado pela pesquisa realizada pelo COFEN e pela FIOCRUZ,

sobre o perfil da enfermagem brasileira, ela é composta, em maioria, por mulheres negras. Estas, por sua vez, encontram-se nos níveis médio e técnico.

Considerando a visão social que prevalece em nosso país ser racista, machista e classista, o processos de luta pela valorização dessas categorias torna-se ainda mais perversos, longos e cruéis. A luta pela enfermagem está intrinsecamente relacionada a luta de trabalhadores, de mulheres e do povo negro.

Faz-se urgente o combate firme a toda forma de opressão e do sistema capitalista que fomenta tais violências. A valorização da enfermagem apenas acontecerá com a mobilização de toda a classe trabalhadora, enxergando o viés social que atravessa essa categoria.

NO CURSO DE ENFERMAGEM, LUTA É MATÉRIA OBRIGATÓRIA A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO POLÍTICA NA GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM

Desde o início da graduação, o estudante escuta sempre a mesma frase: “a enfermagem é desvalorizada”. Professores, preceptores e colegas repetem isso, mas raramente se dão ao trabalho de refletir o porquê. O resultado? Um curso despolitizado, que não prioriza a formação de profissionais preparados para atuar no SUS e muito menos para o enfrentamento das mazelas que enfrentamos enquanto categoria.

A realidade na academia é dura: estudantes são bombardeados com discursos neoliberais, que colocam o sucesso individual acima da construção coletiva. E, pior, veem seus currículos recheados de “empreendedorismo em enfermagem” enquanto se esvaziam os debates sobre os direitos trabalhistas e a importância do serviço público. Não é coincidência. Essa é uma estratégia das elites para manter a categoria fragmentada e desmobilizada.

Assim, os profissionais recém-formados da enfermagem que, sendo composta majoritariamente por mulheres negras, já representa um alvo fácil da precarização, deixam de buscar força na luta e acabam se isolando, acreditando que dar conta sozinhos é a saída. Mas a história já provou o contrário. É a organização coletiva que conquista direitos!

É por isso que o Movimento Estudantil é ferramenta indispensável na formação em enfermagem. A Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem (ENEENF) é um exemplo vivo disso, articulando estudantes de todo o país em fóruns, conselhos e na luta sindical ainda durante a graduação e transformando jovens estudantes em profissionais politizados e engajados.

A formação técnica é importante. Mas sem consciência política, não há transformação. Precisamos de uma enfermagem combativa, que lute por salários dignos, por condições de trabalho, pela valorização profissional e pela defesa do SUS.

A juventude tem papel estratégico nessa construção.

A luta é agora. E começa nas salas de aula!

Davi de Oliveira, estudante de enfermagem da UPE e membro do DA Identidade

SEEPE PARTICIPA DO 1º ENCONTRO SINDICAL LGBTQIA+ DA FNE EM SÃO PAULO

No dia 21 de junho, o Sindicato dos Enfermeiros no Estado de Pernambuco (SEEPE) marcou presença no 1º Encontro Sindical LGBTQIA+ da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE), realizado em São Paulo. Durante o evento, foram discutidos temas de grande relevância para a categoria, como letramento LGBTQIA+, políticas públicas de saúde para a população LGBTQIA+, e protocolos de



atendimento inclusivos. Também foi proposta a criação de uma “Carta Compromisso”, com o objetivo de assegurar direitos dessa população nos acordos coletivos de trabalho.

A participação do SEEPE neste evento reafirma o compromisso do sindicato com a luta por um ambiente de trabalho mais justo e acolhedor para todos os profissionais, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. O SEEPE segue firme na defesa da valorização, dignidade e inclusão de todos os enfermeiros e enfermeiras, contribuindo para um movimento sindical cada vez mais plural e representativo. Esse momento histórico demonstra o compromisso do SEEPE e da FNE em manter a luta por reconhecimento, respeito e valorização, afirmando: seguimos firmes na luta por todas, todos e todes!

BAIXE JÁ O APLICATIVO DO SEEPE E TENHA ACESSO A BENEFÍCIOS E INFORMAÇÕES

 **Ative as notificações para receber nossas atualizações!**

Disponível para download nas plataformas:

 Google Play

 App Store

O SEEPE tem um aplicativo de benefícios para os associados!

 Você pode baixar o app gratuitamente pesquisando pelo nome “Seepe” na sua loja de aplicativos ou clicando no link na nossa bio.

 Não perca tempo e baixe agora!

 Ative as notificações para receber nossas atualizações!

Disponível para download nas plataformas:

 Google Play

 App Store



SEEPE
SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Desenvolvido por: [logos]

NOVA PLATAFORMA, MESMA MISSÃO: DEFENDER A ENFERMAGEM!



O NOVO SITE DO SEEPE JÁ ESTÁ NO AR!

Acesse, participe e fortaleça a luta coletiva.
www.seepe.org.br